

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM SERGIPE: A MISSÃO CUBANA 1996 A 1998

Cândida Luísa Pinto Cruz¹
Universidade Tiradentes - UNIT

Araci Bispo do Nascimento²
Universidade Tiradentes - UNIT

Cristiano Ferronato³
Universidade Tiradentes – UNIT
cristianoferronato@gmail.com

RESUMO

O presente artigo versa sobre recente História da educação especial em Sergipe, sendo temática pouco explorada, a Missão Cubana refere-se aos especialistas na área da educação especial de Cuba, com diferentes formações a nível de mestrado e doutorado, além de possuírem experiência na sistematização da organização da educação especial no processo educacional. Desta forma nosso objetivo é refletir sobre as transformações propiciadas na educação especial ao longo da História da Educação em Sergipe com a vinda da missão cubana para o Estado de Sergipe na década de 90. A ausência de pesquisas sobre a temática propicia compreender que a área da pessoa com deficiência era silenciada como também o convênio entre Governo do Estado de Sergipe e o Governo de Cuba em 1996, para a estruturação e formação de professores na perspectiva da educação especial. O Tipo de pesquisa utilizada a História da Educação e a História Cultural com realização de pesquisa bibliográfica e levantamento de diferentes documentos oficiais, textos legais, relatórios, recortes de jornais e as parcas produção dos intelectuais sergipanos sobre o período estudado. para coleta de dados realizamos leituras e fichamentos de pesquisas da História da Educação em Sergipe, nessas leituras procuramos indícios, pistas sobre a pessoa com deficiência. A coleta de dados ocorreu em três etapas: a primeira etapa realização de levantamento de pesquisas sobre a pessoa com deficiência, a segunda etapa consistiu na leitura de pesquisas sobre a história da educação da pessoa com deficiência em Sergipe. A terceira etapa consistiu em filtrar as pesquisas que citavam a pessoa com deficiência e a história da Educação especial. Foi fator de exclusão as obras que não faziam menção a pessoa com deficiência. O Centro de Referência em Educação Especial de Sergipe (CREESE) foi fundado em 21 de fevereiro de 1997, através do Decreto nº 16.361. Revelam os vestígios a importância das ações científicas para a formação de docentes e técnicos de diferentes redes de ensino de Sergipe para atender a pessoa com deficiência. Cuba privilegia a formação docente voltada para áreas específicas na educação especial de base Vigotskiana, desenvolvendo metodologias para aprendizagem de qualquer aluno. No Brasil optamos pela política de educação especial na perspectiva inclusiva (BRASIL, 2008) e na inclusão de alunos com deficiência nas salas comuns, por dispositivos legais, mas a formação inicial e continuada dos docentes na perspectiva inclusiva é realizada de forma descontinuada.

Palavras-chave: Educação Especial. Missão Cubana. Sergipe.

¹ Docente da Rede Estadual de Ensino de Sergipe, Mestra em Educação UFS e doutoranda em Educação pela UNIT. É membro do grupo de pesquisas GPHEN da UNIT. <https://orcid.org/0000-0001-5128-1445>

² Docente e Advogada, Mestre em Direitos Humanos pela UFC e Doutoranda em educação pela UNIT.

³ Doutor em Educação/UFPB e docente e coordenador da Pós-graduação da UNIT, é coordenador do grupo de pesquisa GPHEN da UNIT. <http://orcid.org/0000-0003-2735-6595>

Introdução

O presente artigo surgiu da nossa inquietação em conhecer um período histórico em Sergipe, ao receber a missão cubana com especialistas na área da educação especial e sobre a história da educação da pessoa com deficiência e a formação docente nas pesquisas históricas. A educação especial é “esquecida ou silenciada” encontramos poucas pesquisas na área, com isso recorremos a encontrar vestígios sobre a pessoa com deficiência em outras pesquisas históricas. Nessa busca encontramos poucas publicações referentes a esse período, dentre eles destacamos: MATOS, 2006 e SOUZA, 2017, essas pesquisas são específicas da área da educação especial. Nosso objetivo foi descortinar as transformações propiciadas na educação especial em Sergipe pela Missão cubana. Tipo de pesquisa qualitativa, na perspectiva da história cultural, com realização de entrevista e pesquisa bibliográfica.

Quando um objeto de estudo é silenciado, ele está no esquecimento, à compreensão dessa ausência requer um olhar atento às pistas, aos fatos. A resposta a essas indagações já é um indício da ausência, da presença e a permanência de um valor atribuído a pessoa com deficiência.

Para dar suporte teórico a essa busca iremos utilizar SELDMAYER, 2012, Walter Benjamin, com os conceitos de rastro, áurea e história. Para a autora o rastro (vestígio, resto) termo ambíguo aponta a presença e a ausência, o que resta de um passado, trajetória permitindo compreender indivíduos ou a sociedade. O rastro evoca a áurea utilizada por Benjamin, associado à ideia de sacralidade, distância e esse vestígio consiste em um interesse da história cultural. Buscamos na história da educação em Sergipe a pessoa com deficiência, para tal utilizamos produções e pesquisas diversas sobre a história da educação em diferentes áreas, os rastros e a áurea para reconstruir seu percurso na historiografia sergipana.

Antes é necessário compreender o desenvolvimento da disciplina história da educação, para Vidal, 2005, p.73, “história da educação, constituindo-se uma certa identidade, ainda que multifacetada e plural.” Como disciplina foi introduzida em 1928 na Escola Normal do Rio de Janeiro. É oportuno compreender que a localização, manutenção de acervos documentais é o registro do percurso na educação. Sobre essa construção é

Forçoso é, então, assumir que, participe da construção da disciplina história da educação, nós, os autores, somos, nos momentos mais recentes, sujeitos e objeto desta narrativa. E, mais do que isso, que as fontes que utilizamos, são elas também, peça do jogo político que institui a memória (e produz o esquecimento) nas constantes lutas de representação travadas no interior do campo. (Vidal, 2005 p.127).

As lutas travadas no percurso educacional ao longo do desenvolvimento da mesma permitem compreender a importância do tratamento das fontes no desenvolvimento da área de história da educação.

Os vestígios encontrados na historiografia Sergipana permitem traçar uma compreensão dos caminhos percorridos para a constituição da pessoa com deficiência e seu processo educacional. Na literatura sergipana a investigação sobre a pessoa com deficiência buscou pistas, vestígios que possam esclarecer a ausência. Dessa forma os locais onde estiveram inicialmente os mesmos foram os asilos religiosos, descrito como:

ordens ou congregações religiosas (jesuíticas, ursulinas, barnabitas, somascos, oratorianos, as escolas piedosas) também fundaram instituições escolares caracterizadas pelos modelos colégio-internato e pela adoção de programas, em parte, baseados na tradição pedagógica do humanismo. (Conceição, 2017, p. 35).

Essas ordens mantinham pessoas com algum tipo de deficiência nos seus estabelecimentos. Eram abandonadas a sorte, ficavam pelas ruas da cidade, como descrito por Lima, 2015, p.20, “A presença de crianças abandonadas ou soltas nas ruas das cidades foi sendo lentamente entendida como um problema social.” Isso ocorreu entre 1868 a 1905, período estudado pela pesquisadora, outro argumento reforçando refere-se a Nery, 2006, p.9, foi “O problema de assistência ao menor, cresceu com a Lei do Ventre Livre de 1871, que fazia as crianças negras passarem a tuteladas pelo Estado Imperial.”

O processo educacional do Brasil foi descontinuado e alicerçado em modelos estrangeiros sem a perspectiva de formação do povo Brasileiro. Os locais onde funcionavam as escolas por vezes eram insalubres, sem ventilação e em casas sem estrutura. Houve uma dicotomia na escola com o início do século 20 a diferenciação entre:

O lugar da educação escolar no centro da cidade-lugar dos palácios – não é o mesmo que nos subúrbios – lugar dos pardieiros. Assim, os “tipos” para a construção dos grupos escolares ressaltavam a singularidade do local onde deveriam ser construídos, estabelecendo a preferência pelas regiões centrais, bem ventiladas, higiênicas, de fácil acesso. (Faria Filho, 2014, p. 50).

O salário percebido por docentes, que também eram diferenciados, a depender do espaço ocupado. Em Sergipe Lima, 2015, p.93 descreve que “a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju em 17 de março de 1855, encontrava-se a vida educacional fielmente espelhada na realidade precária da nova capital.” Essa mudança trouxe ao longo do tempo avanço na estruturação das escolas em Sergipe, pois,

Em 1911 era inaugurado o primeiro grupo, que mesmo sendo um anexo à Escola Normal, serviu como modelo inspirador na difusão desse tipo de

instituição no estado, que atingiu seu auge nos primeiros anos da década de 1920. Com isso, 1926 foi o ano da inauguração do último prédio escolar com características majestosas. (Santos, 2013, p. 30).

Sobre o surgimento dos grupos escolares com a construção de prédios suntuosos, no início da republica entre 1911 a 1926. “Os prédios deveriam mostrar o poder e a preocupação do novo regime político com a educação primaria, ou seja, deveriam cumprir a função de um prédio público.” (Santos, 2013, p. 31-32). Um exemplo de um prédio suntuoso foi o Ateneu Sergipense, representava a intelectualidade e o prestígio.

Era necessária a construção das escolas para minimizar o elevado contingente de analfabeto, excluídos da solidificação da democracia, que os discursos dos governantes e clero enfatizavam. Aliado ao êxodo rural para as cidades fugindo da seca, respeito da ocupação da capital sergipana,

Essa migração das pessoas do interior para a capital sergipana no início do século XX esteve associada às condições materiais e urbanísticas que Aracaju passou a usufruir, a exemplo das escolas e colégios referências no Estado; rede de serviços; ampliação dos meios de transportes, energia elétrica, as nascentes indústrias implantadas, crescimento das atividades comerciais, dentre outras. (Martires, 2016, p. 47).

Sobre o patronato agrícola fora “construída para esconder os menores desvalidos, já que os queria o mais distante possível dos centros urbanos para não “poluíssem” as ruas com seus corpos débeis e sujos “(NERY, 2006, p. 173). A Igreja Católica prestava assistência aos menores desamparados que perambulavam pelas ruas baseado na caridade.

Outro dado encontrado refere-se a compor as guarnições dos navios para a Marinha mercante com o alistamento voluntário e o recrutamento forçado e a formação moral de crianças e jovens desvalidos como forma de inserção social.

Com a instalação da Companhia em Sergipe, seriam exigências do Ministro da Guerra no tocante ao recrutamento de homens para servir à Armada e a diminuição de número de crianças órfãs, abandonadas e desvalidas da província, proporcionando-lhes uma educação voltada para o trabalho e através da qual pudessem se emancipar e serem úteis ao país. Além disso, melhoraria a moralidade pública e o desenvolvimento da Província de Sergipe. (Lima, 2015, p.79).

Com a abolição muitos ficavam a margem do processo social e incluir na Marinha era retirar da ociosidade e profissionalizá-los. Evidenciou-se a preocupação de preencher as vagas para a Armada que não eram preenchidas voluntariamente, uma outra forma era a formação profissional pois,

além das casas e Seminários, outras iniciativas de formação para o público feminino criados no século XIX foram os Institutos Profissionais. Essas Instituições, além de atender aos resolvidos vários problemas, dentre eles: no atendimento aos órfãos e pobres de ambos os sexos, atenderam outros públicos marginalizados, como os cegos e surdos. (Malta, 2014, p.42)

Em SANTANA, 2017, p. 208-209, encontramos outra pista, em um quadro sobre as saídas ou expulsões do Orfanato de São Cristovão das alunas, uma delas foi expulsa em 1940 pelo motivo de ser “mui tola”, essa pista é importante pois podemos inferir que a hipótese levantada pela autora ao utilizar Henry Goddart (1866-1957), que classificou e testou crianças e argumentava a necessidade especial de algumas crianças no processo educacional. Essa pista é importante para compreender que a mesma teria características do que hoje denominamos de deficiência intelectual.

Esses vestígios encontrados apontam para a não sistematização da educação na construção do país e na formação de cidadãos. Após investigar na historiografia sergipana, os vestígios encontrados, indícios sobre a pessoa com deficiência, permitem compreender a ausência de pesquisas com foco nesse objeto de estudo. A seguir adentraremos nas ações voltadas para formação de docentes sergipanos por especialistas cubanos através de formação teórica e em serviço. É necessário compreender como Cuba se desenvolveu na educação e no reconhecimento no processo educacional da pessoa com deficiência.

A Educação em Cuba

Cuba passou de um sistema econômico capitalista para a instauração de uma sociedade socialista, com a Revolução cubana em 1959. Com a modificação no sistema econômico, houve profundas modificações na vida social como também na saúde, educação, política, economia, cultura, posse da terra, lazer, esporte entre outras. A revolução cubana ocorreu na segunda metade do século XX. A relação com a antiga URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), essa aproximação ilhou a mesma nas Américas, com os demais países do mundo. Segundo SILVA et al, 2014, p.100, “promoveu a nivelção e a mobilidade social, acabaram mostrando a contradição e os limites do projeto cubano.” Os problemas encontrados em Cuba antes revolução, segundo PAULA, 2009, p. 2, eram:

problemas críticos na área da educação, onde o sistema de ensino até então não possuía creches, escolas especiais, escolas esportivas, técnicas, de formação profissional, não havia escolas primarias para atender a todos, sem dizer que neste momento histórico, Cuba possuía 22,6 % de analfabetos totais e mais de 60% de analfabetos funcionais, a educação era para a minoria, havendo milhares de professores desempregados.

A educação no contexto da Revolução Cubana passa a ter uma educação de qualidade para todos. Nosso questionamento inicial é: Como um país que passa por uma revolução transformou a educação com base socialista na igualdade e direitos humanos nos últimos 40 anos e conseguiu educar, profissionalizar as pessoas em plena ditadura?

Em 1961 foi declarado “o ano da educação” em Cuba, o sistema educacional foi declarado público, gratuito e de responsabilidade do Estado. O departamento de educação diferenciada criado com o objetivo de diagnosticar alunos com deficiências severas de aprendizagem e inicia-se os trabalhos pertinentes à criação de um sistema de Educação Especial com o propósito educar as crianças com deficiência. Professores de diferentes áreas foram enviados para formação em campo socialista, esses ao retornar ao país auxiliam na estruturação da educação e na criação de Universidades, departamentos e institutos superiores pedagógicos. O sistema de educação especial em Cuba segue a linha Vigotskiana, auxiliando no desenvolvimento das potencialidades dos alunos.

Na década de 90, com a desintegração da URSS, Cuba sofre com o bloqueio dos Estados Unidos, esse bloqueio propiciou que exportasse profissionais de diferentes áreas entre elas a Educação Especial, a outros países mediante convênios e vantagens econômicas para o governo Cubano. O país direciona ao Sistema Educacional do país 10% do PIB para a educação, sendo mais que os 6% indicado pela UNESCO, tendo como ideologia garantir o desenvolvimento humano mais justo e humano.

Missão Cubana em Sergipe

No Governo de Dr. Albano Franco entre 1995 a 1999, tendo como Secretario de Estado da Educação e Cultura de Sergipe o escritor e pesquisador Luiz Antônio Barreto, com indicação do seu assessor sobre o sistema educacional Cubano foi realizar visita técnica, em Cuba foram recebidos por Fidel Castro, iniciou-se o estabelecimento do convenio. Ao todo foram duas missões para Cuba e para Sergipe, com o intuito de conhecer o sistema educacional de ambos. A missão cubana que veio a Sergipe era composta por especialistas de diferentes áreas de formações, uma equipe multiprofissional. Esses profissionais compreendiam antes de iniciar e estruturação na educação especial em Sergipe, que era necessário conhecer o “chão da escola!” de todos os municípios Sergipanos! Essa necessidade requereu do governo uma organização administrativa para sua efetivação.

Em MATOS, 2007, investigamos as políticas de Educação Especial em Sergipe e o período do Governo de Albano Pimentel do Prado Franco, desenvolveu políticas voltada a Educação Especial. Firmou convenio com Cuba na figura do Centro Latino Americano de

Educação Especial (CELAEE) em 1996, o qual foi submetido à Secretaria de Educação Especial-SEESP/MEC, para liberação. Objetivando a formação continuada de professores, estruturação da educação especial e a criação dos Centros de Referência em Educação Especial do Estado de Sergipe-CREESE no interior e capital.

A missão cubana em Sergipe ministrou os Cursos: “Atuação em Educação Especial” e “Fundamentação teórico-metodológica do Processo de Avaliação, diagnóstico orientação e acompanhamento dos portadores de necessidades educativas especiais”, promovido pelo NESP/UFS-SEED/CELAEE/CUBA, entre 1996 e 1998, os cursos ofertados eram direcionados para docente e técnicos distintamente.

Também na década de 1990 surge o NESP/UFS criado pela Professora Dra. Iara Campelo, esse núcleo realizou juntamente com o Governo de Sergipe, a certificação pela UFS dos cursos ministrados pelos Cubanos, os custos financeiros com a manutenção do convenio foi responsabilidade do Estado de Sergipe.

O legado deixado pelos especialistas Cubanos foi um olhar não somente médico, mas psicossocial para as necessidades do aluno com deficiência ou não. O convênio foi bastante criticado pelo MEC, já que o mesmo foi realizado entre Governo de Estado de Sergipe e o país Cuba e não entre o Governo Federal.

O Centro de Referência em Educação Especial de Sergipe (CREESE) foi fundado em 21 de fevereiro de 1997, através do Decreto nº 16.361, tem sede própria também adquirida na gestão do Secretário de Educação que também vinculou o CREESE ao seu gabinete temendo que após seu governo houvesse descontinuidade das ações efetivadas. Caso não houvesse realizado a criação por decreto o CREESE já teria sido fechado, outro dado foram os embates políticos e de poder entre o CREESE e a Divisão de Educação especial-DIEESP, que existe vinculado a diretoria de educação, mas não por portaria ou decreto! Causando desconfortos burocráticos!

Considerações finais

Ao apresentar as ações da missão cubana em Sergipe no período de 1996 a 1998, com a formação dos docentes e técnicos na área da educação e da educação especial, pretendeu-se tornar visível a história, o rastro e a aura das ações, personagens e as modificações propiciadas por eles depois de 20 anos.

Destaco a contribuição a Educação Especial no período de 1995 a 1999 pelo Governador do Estado de Sergipe Dr. Albano Franco e pelo Secretário de Educação Luiz

Antônio Barreto, que investiram no convenio entre o Governo de Sergipe-Brasil e Cuba, contribuiu significativamente no conhecimento da pessoa com deficiência com o olhar nos conceitos Vygotskyanos, sempre pautando a importância de se conhecer os atores e o chão da escola!

Outro fato importante foi à criação do CREESE em 1997, que ao longo desses anos, acolhe, orienta as famílias e avalia pessoas com deficiência em diferentes contextos e encaminha para as escolas e terapias necessárias. Procuramos o projeto original da criação do CREESE, mas não o encontramos, uma história importante pode estar se perdendo.

Ao fim da segunda Missão Cubana os especialistas se reuniram com a equipe da secretaria de estado da educação e com o Secretario Luiz Antônio Barreto, o feedback passado não agradou ao mesmo, pois foram contumazes ao dizer que a educação especial em Sergipe precisava de uma política clara e constante para sua efetivação. A constatação dos mesmos é a nossa constatação ao não tratar de forma clara e sistematizada, sem continuidade, para as ações na educação da população.

Entrementes a invisibilidade sobre a vinda da missão cubana, ou as críticas a elas são recorrentes. A principal delas perpassa pelo modelo de educação especial adotada em Cuba, a escola especial existe, mas recebe alunos tanto ditos normais como deficientes. A principal diferença é que o desenvolvimento das necessidades e potencialidades inerentes à deficiência e a formação do professor é desenvolvido pelo governo através de cursos em nível de Pós-graduação e formação em serviço dos docentes. Cuba privilegia a formação docente voltada para áreas específicas na educação especial de base Vigotskiana, desenvolvendo metodologias para aprendizagem de qualquer aluno. No Brasil optamos pela política de educação especial na perspectiva inclusiva (BRASIL, 2008) e na inclusão de alunos com deficiência nas salas comuns, por dispositivos legais, mas a formação inicial e continuada dos docentes na perspectiva inclusiva é realizada de forma descontinuada.

A área que foi iniciada pelos especialistas cubanos, nos encanta, mesmo não tendo participado nesse período dos cursos ou da companhia deles. Mas o rastro deixado por eles na sistematização e definição de um modelo sim, ao conhecer outros estados não encontramos um centro voltado à pessoa com deficiência.

Esperamos com o avanço da pesquisa trazer novas contribuições nessa temática mas principalmente a luz da história local de Sergipe os avanços na área da educação especial na perspectiva da educação inclusiva contribuições acerca da história da educação em Sergipe, notadamente pela Missão Cubana reconhecendo os investimentos ocorridos a época e o seu desdobramento hoje.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Lei Brasileira de Inclusão N° 13.146, de 6 de julho de 2015.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **Internar para educar: colégios-internatos no Brasil (1840-1950)**. Aracaju: EDISE, 2017.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolar em Belo Horizonte (1906-1918)**. 2. Ed. rev. e ampl. Uberlândia: EDUFU, 2014. (Coleção História, Pensamento e Ação – Série Textos Fundamentais- vol.1).

LIMA, Solyane Silveira. **Recrutá-los jovens: a formação de aprendizes marinheiros em Sergipe e Lisboa (1868-1905)**. Aracaju: EDISE, 2015.

MALTA, Marina Oliveira. **Ofício de meninos e meninas: o Instituto Profissional Coelho e Campos (1922-1944)**. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

MARTIRES, José Genivaldo. **A trajetória de vida intelectual e profissional da professora Maria Lígia Madureira Pina (1954-1972)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016.

MATOS, Nelson Dagoberto de. **A Política de Educação Especial no Estado de Sergipe (1979-2001)**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, Jan.-Abr. 2007, v.13, n.1, p.77-94.

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. **A regeneração da infância pobre sergipana no início do século XX: o patronato agrícola e as práticas educativas**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2006.

PAULA, Tatiana da Silva. Revista Pandora Brasil N° 11 “Latino-América: a dinâmica educacional”, Outubro de 2009. **A Educação Especial: um estudo comparado nas leis de Brasil e Cuba**. http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/educacao//ed_cuba.htm. Acesso em: 12 de jun. 2021.

SANTANA, Josineide Siqueira. **Casa de meninas:** práticas educativas no Orfanato de São Cristóvão e na Escola Imaculada Conceição. Aracaju: EDISE, 2017.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecos da modernidade:** a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926). São Cristóvão: Editora da UFS, 2013.

SEDLMAYER, Sabrina; GINZBURG, Jaime (org.). **Walter Benjamin.** Rastro, aura e história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SERGIPE. **Relatório da gestão** do Centro de Referência em Educação Especial de Sergipe-CREESE em 2016.

SILVA, Marco Antonio da, et al. **A Política Externa Cubana nos anos 90:** condicionantes internos e inserção internacional. Revista Social Política, v.22, n. 49, p.99-112, mar. 2014.

SOUZA, Rita de Cacia S. **Educação especial em Sergipe (Séc. XX):** uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas. Aracaju: Criação, 2017.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo e sua configuração atual. In: VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da história:** estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2005. p.73-139